



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **15 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 13 de dezembro de 2012

AMAZONAS EM TEMPO Aumento do crédito e PPB das bikes são os desafios para 2013, diz Abraciclo	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
AMAZONAS EM TEMPO Nokia e Samsung demitem 630 trabalhadores no PIM	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Gigantes do PIM demitem mais de mil trabalhadores em um dia	3
VEICULAÇÃO LOCAL	
DIÁRIO DO AMAZONAS Abraciclo diz que crise no polo de duas rodas se manterá em 2013	4
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Veto a royalties pode cair no Congresso	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Discussões sobre acordo Mercosul-UE podem ser retomadas em janeiro	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Ribamar Oliveira	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Fim da guerra fiscal parece mais próximo do que nunca	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Polo de Duas Rodas da Zona Franca de Manaus registra baixa em 2012	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Câmara aprova MP que reduz em 20% preço da energia	12
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ÚLTIMO SEGUNDO Dilma chega à Rússia para 'reforçar a família dos Brics'	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
UOL ÚLTIMAS NOTÍCIAS Comitê da Copa obtém isenção fiscal e quebra promessa de Ricardo Teixeira de pagar impostos	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	
G-1 Polo de Duas Rodas da Zona Franca de Manaus registra baixa em 2012	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO Ministério Público vai à Justiça por transparência no BNDES	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO Congresso mostra que derrubará veto de Dilma à lei dos royalties	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Aumento do crédito e <u>PPB</u> das bikes são os desafios para 2013, diz Abraciclo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Os principais gargalos que o setor de duas rodas deverá enfrentar em 2013 serão a falta de crédito bancário para a aquisição de motos e a aprovação de um Processo Produtivo Básico (PPB) que alcance a produção de bicicletas elétricas no Polo Industrial de Manaus.

As informações foram divulgadas nesta quarta-feira (12) pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicycletas e Similares (Abraciclo), que espera para 2013 ampla redução nos depósitos compulsórios como forma de estimular a flexibilização da oferta de crédito e a abertura de novas linhas especiais, favorecendo as condições de parcelamento de motos para o consumidor final.

Segundo o presidente da Abraciclo, Marcos Fermanian, apesar dos depósitos à vista e da decisão do **Governo Federal** de isentar as operações de financiamento de motocicletas do compulsório terem ajudado a dar fôlego ao setor no fim deste ano, é necessário que sejam criados novos mecanismos para alavancar a saída de novos modelos das fábricas.

“O setor vem sofrendo fundamentalmente pela ausência de crédito junto ao consumidor final, mas o governo respondeu positivamente, ampliando a oferta de crédito nos bancos públicos. Podemos dizer que 2012 foi o pior ano em toda a história do setor em termos de mercado, por isso esperamos que essas linhas sejam retomadas nos bancos privados também”, afirmou.

Números

Os números divulgados pela entidade não deixam dúvidas sobre a retração sofrida pelo setor este ano. De janeiro a novembro foram licenciadas 1,49 milhão de motocicletas, o que corresponde a uma queda de 14,2% em

relação a igual período de 2011, quando 1,74 milhão de unidades passaram a ‘rodar’ no mercado interno.

Só em novembro, os emplacamentos atingiram 121,77 mil unidades contra 134,72 mil registrados no mês anterior, recuando 9,6%. Na comparação com novembro do ano passado, quando 166,64 mil motos saíram do pátio das concessionárias, as vendas de novembro último retraíram 26,9%.

“O crédito bancário foi insuficiente para escoar a produção do setor. As fábricas estão com a capacidade produtiva ociosa em relação ao ano passado. Desta forma, o segmento volta ao patamar de 2009, quando também foi impactado pela crise econômica mundial”, disse Fermanian.

PPB das bikes

Sobre a concorrência das bicicletas convencionais e as elétricas importadas, o executivo afirmou que somente a aprovação de um PPB poderá frear a entrada das importadas.

“Atualmente o mercado não tem regras que abranjam a entrada indiscriminada e a concorrência desleal dos modelos nacionais com as elétricas importadas. Somente se o governo aprovar um PPB das bikes poderá impedir a escalada das importações. A nossa previsão é de que a discussão sobre esse assunto aconteça ainda no primeiro semestre de 2013. Até lá, resta esperar”, finalizou o executivo.



VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
TÍTULO Nokia e Samsung demitem 630 trabalhadores no <u>PIM</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Na manhã desta quarta-feira (12), 630 trabalhadores foram dispensados no Polo Industrial de Manaus (PIM).

As responsáveis pela demissão em massa no parque fabril foram as fabricantes de eletroeletrônico Nokia e Samsung, que demitiram 400 e 230 industriários, respectivamente, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas.

De acordo com o presidente da entidade, Valdemir Santana, as demissões ocorreram de forma irregular, pois os industriários foram demitidos antes do término do contrato de trabalho.

O dirigente salientou que as demissões ainda não foram encerradas.

No caso da Nokia, o dirigente garantiu que vai esclarecer junto à fabricante de telefones celulares o motivo das dispensas.

O EM TEMPO entrou em contato com a Samsung e a Nokia para obter maiores informações sobre as demissões, mas não obteve sucesso.

Justificativa

Segundo o Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Amazonas (Sinaees), as dispensas ocorrem normalmente neste período do ano, já que parte dos contratos é encerrada em dezembro. “A Samsung e a Nokia são empresas sazonais e esses trabalhadores foram admitidos por meio de contrato de tempo determinado”, observou o presidente da entidade, Celso Piacentini.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA	
	TÍTULO Gigantes do <u>PIM</u> demitem mais de mil trabalhadores em um dia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Nokia, Samsung e Envision foram as empresas que mais dispensaram

Manaus - Quase 700 trabalhadores de 14 empresas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** passaram pelo Sindicato dos Metalúrgicos do **Amazonas** (Sindmetal), na quarta-feira (12), para homologar o fim dos contratos de trabalho.

O dia foi considerado atípico pela entidade, apesar do histórico de muitas demissões em dezembro, mês de baixa **produção** no setor. Ainda ontem, mais 650 funcionários tiveram as demissões anunciadas nas fábricas e devem assinar a rescisão no sindicato até o fim da semana.

Samsung e Nokia lideraram as demissões, ontem. De acordo com o Sindmetal, a empresa coreana dividiu as assinaturas das rescisões em dois dias: na manhã de ontem, 230 trabalhadores homologaram a quebra de contrato e, na sexta-feira (14), mais 180 cumprem o processo, totalizando 410 demitidos. Diante do número de pessoas, um funcionário do Setor de Homologação do sindicato precisou se deslocar até a Samsung para atender aos demitidos no refeitório da empresa.

Também na manhã de ontem, a Nokia, conforme informações de trabalhadores, reuniu cerca de 420 funcionários no refeitório para anunciar a demissão de todos. Uma funcionária que preferiu não se identificar relatou que, na ocasião, os gerentes culpavam a atual situação econômica

pelas demissões, mas deram uma perspectiva de recontração para janeiro de 2013.

A assessoria de comunicação da empresa confirmou a realização da reunião, mas informou que o evento foi feito para R20;agradecer pelos serviços prestadosR21; à indústria. Segundo a assessoria, os trabalhadores cumpriam contratos temporários. O sindicato informou que 90 pessoas da Nokia passaram pela entidade, ontem, para assinar os termos de fim do contrato.

O presidente do Sindmetal, Valdemir Santana, disse que o contrato feito entre a Nokia e os trabalhadores foi homologado sem conhecimento do sindicato. Ele ainda negou saber o motivo das demissões nas duas empresas. R20;Pode ser o melhor funcionário. Se apresentar um atestado, quando volta é demitidoR21;, disse Maria Alves, 32, que após 1 ano e 9 meses na Panasonic foi demitida ontem.

Ainda homologaram as demissões, ontem, 120 empregados da Envision, 20 da GKB, 40 da Elsys, 30 da Yamaha, 70 da Honda e 25 da Philips. Funcionários da Whirpool, Panasonic, P&G, Incotóquio e Technicolor, por exemplo, também passaram pelo sindicato, ontem, mas em menor número.

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Abraciclo diz que crise no polo de duas rodas se manterá em 2013		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

A expectativa do setor é que a ampliação de crédito por parte dos bancos públicos e a estabilização da inadimplência resulte um crescimento de 3,7% em 2013

Manaus - O **mercado** de Duas Rodas vai encerrar 2012 com retração de 20% na **produção**. Os dados apresentados pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), nesta quarta-feira (12), em **Manaus**, apontam que nem as intervenções do governo na questão tributária frearam a queda.

O setor, que já conta com a redução de 50% da Taxa de Serviços Administrativos (TSA) da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**, recorrerá ao governo do Estado para pedir a prorrogação da isenção do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) na conta de energia elétrica.

“Nessa semana devemos encerrar a negociação. A expectativa é estender por mais dois anos”, disse o conselheiro nacional da Abraciclo, Paulo Takeuchi.

Para o presidente da entidade, Marcos Fermanian, as alterações em impostos ajudam, mas não resolvem o problema do setor, concentrado principalmente na restrição bancária aos financiamentos.

De janeiro a novembro, 1,623 milhão de motocicletas foram produzidas no Brasil, 98% no Polo de **Manaus**. O setor deve fechar o ano com 1,72 mi produzidas contra 2,13 mi em 2011.

A expectativa do setor é que a ampliação de crédito por parte dos bancos públicos e a estabilização da inadimplência resulte um crescimento de 3,7% em 2013.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Veto a royalties pode cair no Congresso		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Deputados e senadores aprovaram urgência para a votação do veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto de distribuição das receitas de exploração e produção de petróleo.

Congresso dá primeiro passo para derrubar veto ao projeto dos royalties

DENISE MADUEÑO / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O Congresso deu ontem o primeiro passo para a possível derrubada do veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto de distribuição das receitas da exploração e produção do petróleo. Numa sessão bastante tumultuada, com 408 votos a favor (348 deputados e 60 senadores), 91 votos contrários (84 deputados e 7 senadores) e uma abstenção, foi aprovado um requerimento dando urgência para a votação do veto ao projeto dos royalties.

Há no Congresso - quando Câmara e Senado se reúnem - uma lista com 3.060 vetos feitos por presidentes totalmente ou em trechos de projetos aprovados pelos parlamentares à espera de votação pelo plenário. Com a urgência, o veto de Dilma aos royalties passa na frente dos demais.

O deputado Alessandro Molon (PT-RJ) anunciou que entraria com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) ainda ontem, para anular a sessão. Ele afirma que houve atropelo nas regras de tramitação e, ao ser convocada, a sessão não previa a análise de vetos. Dessa forma, argumentou, o assunto não poderia ser incluído na pauta sem a divulgação formal.

O veto da presidente ao projeto dos royalties poderá ser votado na próxima semana, a última dos trabalhos legislativos do ano e reservada à análise do Orçamento da União para 2013. Parlamentares cogitam condicionar a votação do projeto orçamentário à votação do veto.

Rateio. A derrubada do veto restitui o projeto aprovado pela Câmara e pelo Senado com uma regra de distribuição mais equilibrada dos recursos entre todos os Estados. O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), afirmou que a medida provisória editada junto

com os vetos da presidente terá de ser reavaliada, caso os parlamentares derrubem o veto. Ele considera que a questão será levada ao Judiciário. "A largada do processo judiciário foi dada. Ninguém poderá se queixar da presidente Dilma. Nem de um lado nem do outro", afirmou.

Em evidente minoria, deputados e senadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, Estados considerados produtores de petróleo e beneficiados com a atual distribuição, tentaram impedir a votação em um confronto com parlamentares dos demais Estados. Com as novas regras, os não produtores podem ter mais R\$ 8 bilhões em suas receitas.

Para todos. Houve tumulto, com parlamentares falando ao mesmo tempo e em tom elevado, o que levou a presidente da sessão, deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), a suspender temporariamente os debates.

Uma hora depois de iniciada a sessão, parlamentares interessados em aprovar o requerimento iniciaram coro de "vota, vota, vota". Até a conclusão da votação, a sessão levou 3 horas e 10 minutos. "Chega de sacanagem. Os royalties têm de ser de todos os brasileiros!", gritava o deputado Toninho Pinheiro (PP-MG). Os parlamentares do Rio e do Espírito Santo, que pressionaram para que a presidente Dilma vetasse parte do projeto aprovado pela Câmara e pelo Senado, queriam evitar a votação porque era clara a aprovação do requerimento.

O mesmo deverá ocorrer com a votação do veto em nova sessão. Nas regras atuais, cerca de 80% dos recursos dos royalties e da participação especial (uma espécie de royalty extra) destinados aos Estados vão para o Rio e Espírito Santo. O projeto aprovado reparte de forma mais equilibrada esse bolo de arrecadação, seguindo a regra adotada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE). Dilma vetou o trecho da lei que aplicava a nova divisão sobre o dinheiro arrecadado em campos já em exploração.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Discussões sobre acordo <u>Mercosul</u>-UE podem ser retomadas em janeiro		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Leo

A adesão da maioria dos empresários nacionais à reabertura das negociações de livre **comércio** entre **Mercosul** e União Europeia (UE) surpreendeu o governo e deve levar o **Brasil** a propor, apoiado pelo Uruguai, a retomada das discussões com os europeus no próximo encontro de autoridades dos dois blocos, em janeiro de 2013.

A consulta pública aberta em setembro pela Câmara de **Comércio** Exterior (Camex) resultou em ofertas de abertura de **mercado** equivalentes a mais de 80% dos produtos comercializados pelo Brasil. A próxima reunião da Camex, ainda neste mês, deverá decidir a estratégia a ser seguida dentro do **Mercosul** e com os europeus.

Embora o acordo entre os dois blocos tenha merecido apenas um parágrafo protocolar no comunicado oficial de 61 parágrafos da cúpula do **Mercosul**, o tema chegou a ser discutido pelos presidentes. A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, mostrou-se mais reservada e a delegação da Venezuela mostrou pouco interesse. O prosseguimento das negociações foi defendido por Dilma Rousseff e pelo presidente uruguaio, José Mujica, que detém, até julho, a presidência temporária do **Mercosul**.

Representantes do **Mercosul** e da União Europeia (UE) terão um encontro no fim de janeiro, às margens da reunião da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e caribenhos (Celac), em Santiago. O **Brasil** deve propor que a reunião com os europeus, em lugar de ministerial, como no ano passado, seja em nível de presidentes. Antes, o **Mercosul** deve se reunir para decidir se apresenta à UE uma proposta de data para troca de ofertas de liberalização comercial (passo essencial para fechar o acordo de livre **comércio**).

Não há, ainda, definição sobre o que querem os empresários argentinos ou uruguaios. No Brasil, o Itamaraty

chegou a propor em setembro, na Camex, a definição das propostas a serem discutidas com os sócios do **Mercosul** e apresentadas aos europeus. A pedido dos **Ministérios** da Fazenda e **Desenvolvimento**, decidiu-se, porém, abrir a consulta aos empresários, o que resultou em grau inesperado de interesse, semelhante ao que havia em 2004, quando houve a última tentativa de acordo.

Para surpresa no governo, o total de produtos com ofertas de liberalização pelo setor privado chegou próximo de 88% das **mercadorias** comercializadas pelo Brasil, em uma primeira lista - reduzida, depois, com a avaliação mais detalhada, mas ainda acima de 80%. Alguns setores, no Brasil, porém, preferiram evitar ofertas de liberalização e manter tarifas altas contra os europeus, como é o caso do setor siderúrgico, que já entra na Europa com tarifa zero.

O setor agrícola está engajado na retomada das negociações. Em novembro, dez das maiores associações do setor enviaram cartas aos ministros cobrando a retomada, aproveitando o trunfo do **mercado** interno brasileiro para obter concessões maiores dos europeus.

Segundo uma autoridade brasileira que acompanha a discussão, é possível que boa parte dos empresários interessados no acordo esteja procurando opções ao **mercado** argentino, travado por barreiras do governo local, em busca de superávit nas contas externas a qualquer custo. O protecionismo argentino é apontado por empresários brasileiros, em conversas reservadas, como o maior obstáculo à retomada das discussões.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Ribamar Oliveira		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Divergências em torno do **ICMS**

Embora mais perto de um acordo em torno da reforma do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**), os governadores ainda divergem sobre alguns pontos fundamentais. Os Estados do Sul e Sudeste querem, por exemplo, reduzir a alíquota interestadual dos produtos originários da **Zona Franca** de **Manaus** e do gás natural. Já os Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste concordam com a alíquota interestadual geral de 4%, mas querem manter uma alíquota específica de 7%, que será aplicada somente nas operações que fizerem com os Estados das outras duas regiões do país.

A proposta do governo, que é apoiada pelos Estados do Sul e do Sudeste, prevê a unificação das atuais alíquotas interestaduais do **ICMS** de 12% e 7% em 4%, num prazo de oito anos. Com a alíquota de 4% não haverá margem para a concessão de novos incentivos fiscais. Assim, ficaria mais fácil para os Estados mais industrializados, que estão no Sul e Sudeste, aceitarem a chamada convalidação dos atuais incentivos fiscais. Seria concedida remissão e anistia aos incentivos fiscais e financeiros concedidos em desacordo com a Constituição e estabelecido um prazo para a continuidade de fruição dos benefícios validados.

Como a reforma do **ICMS** entraria em vigor a partir de janeiro de 2014, os chamados incentivos fiscais comerciais terminariam no fim do próximo ano. Os incentivos às indústrias e aos portos e aeroportos seriam prorrogados, mas o benefício cairia ao longo do tempo com a redução da alíquota interestadual. No caso dos benefícios industriais, o prazo de fruição iria até 2025 e, para os portos e aeroportos, até 2018, de acordo com a proposta do governo.

Sul e Sudeste querem menor **ICMS** para gás e **ZFM**

Os governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste não aceitam a unificação da alíquota, pois querem preservar um espaço para os incentivos fiscais que já concederam. Mas já avançaram em direção ao acordo, pois antes defendiam alíquotas de 7% e 2%. Agora, aceitam 7% e 4%.

A alíquota de 7% seria aplicada apenas nas suas operações com os Estados das outras duas regiões, exceto o

Espírito Santo. Se essa proposta fosse aceita, eles poderiam cobrar efetivamente 2% de **ICMS** nos produtos que saíssem de seus Estados e as empresas beneficiadas ficariam com um crédito de 5%. Hoje, esse incentivo chega a 9%. Esses Estados querem também que as mudanças sejam concluídas num prazo de dez anos.

Os Estados do Sul e do Sudeste não aceitam essa proposta, pois ela implica custo elevado para eles. A perversidade da guerra fiscal resulta do fato de que o Estado destinatário da **mercadoria** é quem paga o crédito concedido pela outra unidade da federação.

O governo poderá até aceitar as alíquotas de 7% e de 4% em um primeiro momento, desde que as duas alíquotas sejam unificada em um prazo mais longo, de 16 anos, por exemplo, informou uma fonte oficial. O governo entende que as atuais distorções do **ICMS** não serão eliminadas sem a unificação das alíquotas interestaduais do tributo.

Os Estados do Sul e do Sudeste aceitam uma diferenciação para a alíquota interestadual do **ICMS** aplicada aos produtos da **Zona Franca** de **Manaus** e ao gás natural, mas consideram que é impossível mantê-la nos atuais 12%, em virtude da redução para 4% da alíquota interestadual das demais operações. "Tratamento diferenciado é correto, mas não com tanta diferença", disse uma fonte.

A proposta que fizeram foi que a atual alíquota de 12% seja reduzida para 7% no prazo de seis anos. A redução do **ICMS** sobre o gás natural afetará a arrecadação do Estado de Mato Grosso do Sul, por onde o gás boliviano ingressa no país. Essa proposta dos Estados do Sul e do Sudeste terá um custo adicional para a União, pois é ela que irá compensar as perdas de receitas dos Estados com a reforma do **ICMS**.

O aumento dos recursos que serão destinados ao Fundo de **Desenvolvimento Regional** (FDR) é outra reivindicação dos governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O governo anunciou que está disposto a transferir R\$ 172 bilhões aos Estados, ao longo de 16 anos. Os recursos do FDR seriam primários (dotações orçamentárias) e financeiros (créditos), na proporção de 25% e 75%, respectivamente.

A partir de 2018, haveria uma transferência anual de R\$ 12 bilhões (R\$ 3 bilhões na forma de recursos orçamentários e R\$ 9 bilhões em financiamentos). Os governadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste querem aumentar as transferências anuais do FDR para R\$ 20 bilhões, sendo R\$ 15 bilhões de recursos orçamentários e apenas R\$ 5 bilhões de financiamentos. O governo poderá elevar a quantia destinada ao FDR, admitiu uma fonte, se isso for necessário para fechar um acordo. Mas descarta aumentar muito as dotações orçamentárias, pois isso afetaria o resultado primário do **Governo Federal**.

Como sabe que existem poucas chances dos governadores chegarem a um acordo em torno das mudanças, o governo decidiu encaminhar, provavelmente na próxima semana, uma proposta de reforma do **ICMS** ao Congresso Nacional, onde espera que as divergências possam ser resolvidas ao longo de 2013. As alíquotas interestaduais do **ICMS** serão definidas por resolução do Senado. Por isso, o governo avalia, neste momento, se encaminha uma proposta de resolução com as alíquotas ou se escolhe um senador da base aliada para que ele apresente o projeto. Se esse for o

caminho, o provável escolhido será o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Delcídio do Amaral (PT-MS).

A presidente Dilma Rousseff assinará uma medida provisória criando o Fundo de Compensação de Receitas e o Fundo de **Desenvolvimento Regional**. A intenção do governo é encaminhar também um projeto de lei complementar com as regras para a chamada convalidação dos incentivos fiscais.

O governo está convencido de que o principal motor da reforma do **ICMS** é a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de editar uma súmula vinculante, que derrubará imediatamente todos os incentivos fiscais já concedidos sem aprovação prévia do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O temor dessa decisão é que levará os governadores a um acordo.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Fim da guerra fiscal parece mais próximo do que nunca		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Foi publicado no Diário Oficial da União na semana passada o ato declaratório nº 18 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que regulamenta a alíquota de 4% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais com produtos **importados**. Esse era o último passo a ser dado para garantir o fim da guerra dos portos a partir de janeiro.

A guerra dos portos é apenas uma das faces da guerra fiscal, conflito federativo quase tão antigo quanto a criação do **ICMS**, tributo que é uma das principais fontes de receita de Estados e municípios e representa cerca de 20% da arrecadação do país, equivalente a 7% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Para atrair empresas para seus territórios, alguns Estados passaram a cobrar nas operações interestaduais alíquotas de **ICMS** inferiores às acordadas no Confaz, configurando uma competição desleal. Os Estados prejudicados começaram a glosar os créditos concedidos pelos outros, criando um nó jurídico difícil de desatar.

Na variante da guerra dos portos, alguns Estados cobram **ICMS** interestadual mais baixo das **mercadorias importadas** que entram no país por meio dos seus portos e vão para outras regiões. Esse incentivo chega a proporcionar uma redução de 9% do preço do produto **importado** em relação ao nacional, calculou o economista e diretor da LCA Consultoria, Bernard Appy, em artigo publicado no Valor (27/3).

O **ICMS** menor para os produtos **importados** incentiva as compras no exterior e contribui para enfraquecer a indústria nacional, já afetada pelo custo Brasil, câmbio valorizado, custo do dinheiro elevado e excesso de oferta mundial, prejudicando sua capacidade de competir no **mercado** doméstico e no exterior. Certamente é um dos motivos da queda de 4,9% da **produção** da indústria de transformação observada desde o início de 2011.

Desde 2010 o Senado debate o assunto, mas somente no início deste ano chegou-se a um acordo - apesar da resistência de Estados como Santa Catarina, Espírito Santo e Goiás -, que resultou na Resolução nº 13, que criou a alíquota unificada de 4% nas operações interestaduais com produtos que apresentem conteúdo de **importação** superior a 40%, mesmo que submetidos a processo de industrialização. Vários empecilhos burocráticos e técnicos foram superados até a publicação do ato declaratório na semana passada. Mas foi forte a pressão contrária, que uniu não só os governos dos Estados prejudicados, mas também a indústria e as centrais sindicais.

Melhor ainda é que a custosa solução da guerra dos portos pode ser o prenúncio do fim da própria guerra fiscal, que está exigindo uma negociação ainda mais trabalhosa e a solução de interesses contrariados de todos os lados, incluindo os dos Estados mais poderosos da União.

O secretário executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, anunciou terça-feira, após reunião com todos os secretários do Confaz, que a presidente Dilma deve assinar na próxima semana uma medida provisória que não só reforma o **ICMS** interestadual como também muda o indexador das dívidas de Estados e municípios com a União. A proposta do governo é que o **ICMS** interestadual seja unificado em 4%, mas dentro de oito anos, para dar tempo de adaptação aos Estados. Atualmente, o **ICMS** é de 7% nas vendas da região Sul, de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro para as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo, e de 12% no sentido inverso. Os Estados contarão também com o apoio de dois fundos a serem criados pelo **Governo Federal**, um de compensação de receitas e outro que substituirá os atuais incentivos.

Em relação às dívidas, já a partir de janeiro serão corrigidas pela taxa básica de juros (Selic), limitada a IPCA mais 4%.

Apesar de as propostas terem amadurecido bastante, ainda há muitos pontos sem acordo, como o limite à correção das dívidas, o prazo de adaptação dos Estados à alíquota menor do **ICMS** e o tamanho da própria alíquota. Mas há concordância em torno da ideia geral e o **Governo Federal** está na melhor posição em muito tempo para negociar. A redução dos juros tornou a mudança do

indexador das dívidas estaduais e municipais com a União um poderoso instrumento de barganha. O governo não pode perder essa oportunidade porque, como disse o próprio secretário da Fazenda, a insegurança jurídica "está prejudicando os investimentos no país".

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Polo de Duas Rodas da <u>Zona Franca de Manaus</u> registra baixa em 2012		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Segundo a Abraciclo, queda na produção de motos foi de 20%.

Segmento de duas rodas espera crescimento de 3% em 2013.

Do G1 AM

O ano de 2012 não foi bom para o Polo Industrial de **Manaus**. Agora, as empresas do setor apostam em uma reação do mercado e têm boas expectativas para 2013.

O setor de duas rodas, acostumado a comemorar recordes, teve um dos anos mais difíceis da história, só comparado a 2009, auge da crise financeira mundial.

Desta vez, os motivos para crise são internos. A alta inadimplência fez os bancos desacelerarem. De cada dez pessoas que tentam financiamentos, apenas duas conseguem a concessão de crédito. Como a maior parte dos compradores de motos, 85% pertencem as classes C, D e E, a falta de crédito causou um impacto na indústria. O resultado foi a queda de 20% na produção de motos este ano.

O mau resultado possui impacto direto no Polo Industrial de **Manaus**, que concentra 98% das fábricas de motos do país. Juntas elas representam o segundo maior segmento industrial da cidade, e concentram um quinto de todos os empregos do **Distrito Industrial**. Com uma queda tão acentuada, o número de vagas diminuiu para 11% a menos, com mais de 1.800 demissões.

Os dados foram anunciados nesta quarta-feira (12) em uma coletiva de imprensa realizada pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicycletas e Similares (Abraciclo). "Óbvio que um ano não será suficiente para recuperá-lo, mas esperamos que a partir do ano que vem haja um crescimento mais solidificado e constante, e a gente gradativamente recupere esse terreno perdido em 2012", afirmou o presidente do órgão, Marcos Fermanian.

Dois bancos públicos aceitaram fazer financiamentos a longo prazo a partir do fim de 2012. Assim, o segmento de duas rodas espera um crescimento de 3% em 2013.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Câmara aprova MP que reduz em 20% preço da energia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Erro no texto enviado ao plenário ameaçou votação da medida

Danilo Fariello

BRASÍLIA O plenário da Câmara aprovou ontem, por unanimidade, o texto-base da medida provisória (MP) 579 com as regras para a renovação das concessões na área de energia e redução do preço da energia elétrica em 20,2%, na média, para os consumidores do país, a partir de fevereiro. À noite, os deputados derrubaram destaque do deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) que reabria por 30 dias o prazo para adesão das concessionárias à renovação dos seus contratos. Esse prazo encerrou no dia 04.

A reabertura do prazo ameaçou a votação do texto ao longo da tarde. Embora a possibilidade tenha sido retirada do relatório do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) na votação do relatório na comissão especial, na terça-feira, o texto que chegou ao plenário da Câmara na manhã de ontem incluía a previsão. Uma retificação teve de ser feita pelo senador José Sarney, presidente do Congresso, alterando o projeto de lei de conversão e retirando a possibilidade de adesão posterior das companhias que não o fizeram no prazo.

Cesp, Cemig, Copel e Celesc não aderiram às regras da MP para a renovação das concessões. São essas empresas que poderiam ser beneficiadas com a reabertura do prazo. A decisão das empresas controladas por estados governados pelo PSDB, como São Paulo e Minas Gerais, politizou a questão. A presidente Dilma Rousseff chegou a afirmar que faltara sensibilidade desses estados com a bandeira da redução da energia. Sem a adesão de Cemig e Cesp o governo terá de aportar mais R\$ 3 bilhões para cumprir a promessa de queda das tarifas em 20,2%, senão ela seria de apenas 16,7%.

Foi aprovado destaque apresentado pelo deputado Vicentinho (PT-SP) que trouxe a previsão de que as concessionárias que renovaram suas concessões se submetam a regras de saúde e segurança no trabalho a serem definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Até as 22 horas, os deputados ainda votavam outros destaques à MP apresentados no plenário.

	VEÍCULO ÚLTIMO SEGUNDO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma chega à Rússia para 'reforçar a família dos Brics'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para analistas, encontro ocorre em momento em que bloco enfrenta problemas e vem sofrendo crítica.

A estadia da presidente Dilma Rousseff na Rússia, até o próximo sábado, deverá ser uma oportunidade para que brasileiros e russos possam não apenas estreitar laços econômicos, como também reforçar a estrutura dos Brics - o bloco de economias emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

É essa a opinião de analistas ouvidos pela BBC Brasil em relação à estadia da presidente à Rússia. Ela chegou ao país na madrugada desta quinta-feira. É a primeira visita de Dilma à Rússia, que era a única nação a integrar os Brics que ela ainda não havia visitado.

Mensalão: Depoimento de Valério contra Lula é 'lamentável', diz Dilma

Leia também: Dilma viaja à França para discutir crise, defesa e ciência e tecnologia

Para o americano Riordan Roett, cientista político da Universidade Johns Hopkins e brasilianista, que lançou no ano passado o livro *The New Brazil* (O Novo Brasil), a visita visa "reforçar a família dos Brics", no que diz ser um momento de dificuldade para todos os países do bloco.

"O conceito dos Brics vem sofrendo ataques", comenta Roett, já que, em contraste com a imagem dinamismo de anos atrás, "o Brasil enfrenta crescimento lento, a Índia padece de paralisia política, a África do Sul já mostrou que não deveria pertencer ao bloco e Rússia e China enfrentam transições políticas lentas e previsíveis".

Banco dos Brics

Os Brics deverão ser um tema central da agenda bilateral de Brasil e Rússia em Moscou, avalia Adriana Abdenur, coordenadora geral do instituto BRICS Policy Center e professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Um dos motivos, diz ela, é que a próxima reunião do bloco está prevista para ocorrer em breve, mais especificamente em março do ano que vem, em Durban, na África do Sul.

E o próximo encontro poderá referendar uma proposta feita recentemente, a de criar um banco comum de investimentos, uma proposta feita pelos indianos e que os anfitriões sul-africanos desejam ver se materializar ainda durante a cúpula.

"Os russos têm uma posição meio ambígua, a de que talvez não haja interesse em que a coisa saia do papel em questão de meses. Eu percebo no Brasil também uma certa hesitação quanto ao prazo. O Brasil já tem o BNDES, qual seria a clientela desse banco, quais as linhas de crédito?", avalia Abdenur.

'Agenda emergente'

A Rússia assumirá a presidência rotativa do G20 em 2013, e países emergentes, como o Brasil, a Rússia e a China, têm feito do grupo uma tribuna para defender seus interesses em contraponto aos das grandes potências tradicionais.

Essa "agenda emergente" é compartilhada, em diversos temas, por Brasil e Rússia.

Os países do grupo, afirmam Abdenur e Roett, estão de acordo em tópicos como a necessidade de reformar as estruturas de instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o bloco do G20.

A reforma na governança dessas instituições constará dos temas das conversas entre Dilma e o primeiro-ministro Dmitri Medvedev, nesta quinta-feira, e com o presidente Vladimir Putin, na sexta, conforme revelou o Itamaraty.

Os analistas compartilham, no entanto, do ceticismo de que Dilma conseguirá junto aos colegas russos grandes avanços em relação à pretensão brasileira de obter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, posição da qual a Rússia desfruta.

Simbólico e prático

A agenda moscovita de Dilma vai conciliar tanto o simbólico como o prático. No mesmo dia em que ela colocará flores no Túmulo do Soldado Desconhecido, Dilma fará o discurso de encerramento do 2º Fórum Empresarial Brasil - Rússia.

Além da presidente e de seus ministros, cerca de 80 empresários brasileiros de setores que vão da biotecnologia ao turismo estão na Rússia para participar do fórum e buscar parcerias.

Mas a avidez por negócios e parcerias seria, na visão dos analistas ouvidos pela BBC Brasil, mais um sinal de apreensão do que indicações de que ambos atravessam uma boa fase.

Para Roett, **Brasil** e Rússia estão tendo desempenhos decepcionantes e, portanto, estariam se voltando para firmar laços econômicos como uma forma de compensar o fato de estarem "levemente desesperados".

A dupla de acadêmicos não crê que a estimativa de crescimento russo para este ano, de cerca de 3% - superior, portanto à brasileira, projetada para ficar na faixa de 1% - seja motivo para celebração em Moscou ou suficiente para despertar inveja em Brasília.

Para Adriana Abdenur, não houve uma inversão de papéis, como apontaram alguns, entre o promissor **Brasil** e a, até outrora, letárgica Rússia. "Não diria que houve uma inversão de papéis. Os dois países se encontram em momentos

parecidos. A desaceleração brasileira pode ser momentânea. E o crescimento russo é inferior ao do país no mesmo período do ano passado."

Atualmente, o **comércio** entre os dois países é de US\$ 7,16 bilhões (cerca de R\$ 15 bilhões), tendo crescido 357% entre 2001 e 2011.

Dilma chega à Rússia acompanhada dos ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota, do Ministro da Defesa, Celso Amorim, do titular da pasta da Educação, Aloísio Mercadante e do Ministro da Indústria e **Comércio**, Fernando **PIM**entel.

Os dois países discutirão ainda a participação de instituições de ensino russas no programa Ciências sem Fronteiras e procurarão compartilhar experiências na realização de megaeventos esportivos. O **Brasil** sediará a próxima Copa do Mundo, em 2014, e a Olimpíada de 2016, ao passo que a Rússia será o país-sede da Copa de 2018 e realizará a Olimpíada de Inverno de 2014.

	VEÍCULO UOL ÚLTIMAS NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Comitê da Copa obtém isenção fiscal e quebra promessa de Ricardo Teixeira de pagar impostos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Flavio Florido/UOL

Joseph Blatter (Fifa), a presidente Dilma Roussef e José Maria Marin, sucessor de Ricardo Teixeira

O COL (Comitê Organizador Local) da Copa do Mundo de 2014 obteve isenção fiscal do **Governo Federal** no final de novembro e, assim, quebrou um compromisso assumido por seu ex-presidente Ricardo Teixeira. O cartola prometera, apesar de não haver obrigação legal, pagar todos os impostos referentes ao evento.

No final de 2010, a lei nº 12.350 estabeleceu benefícios fiscais para a Fifa (Federação Internacional de Futebol), o COL, seus parceiros e prestadores de serviços. A entidade máxima do futebol logo pediu para ser habilitada à isenção pela Receita Federal, assim como seus eventos e subsidiárias. Mas o comitê abriu mão à época.

Criado em setembro de 2010, o organismo nacional do Mundial vem pagando seus impostos durante esses mais de dois anos por decisão de Teixeira.

Em 2011, ele chegou a assinar um documento para deputados federais em que garantia abrir mão da isenção. Segundo parlamentares, o dirigente afirmava que já havia pago R\$ 10 milhões em impostos até então. Em abril deste ano, pressionado por acusações de desvio de dinheiro e problemas de saúde, Teixeira renunciou ao COL e à CBF. Ele foi substituído em ambos os cargos por José Maria Marin.

A mudança de posição do COL ocorreu no fim deste ano. Um ato da Receita Federal autorizou o organismo a receber o benefício fiscal em 29 de novembro de 2012.

"A habilitação do COL junto à Secretaria da Receita Federal ocorreu no dia 29/11 e observou as garantias prestadas pelo **Governo Federal** para a Fifa, seguindo, portanto, a legislação aplicável aos eventos", confirmou a assessoria do COL.

Por instrução normativa do fisco do número 1.289/2012, é necessário que a entidade ou o comitê requisitem a habilitação à isenção fiscal, sem a qual essa não será concedida. Até quarta-feira à noite, a assessoria do COL não havia informado quem requisitou o benefício e porque houve uma mudança na política em relação a impostos.

O orçamento do comitê é bancado pela Fifa. Ou seja, a economia, na prática, será da entidade máxima do futebol, que também pagava pelos tributos do COL até agora.

A estimativa de relatórios da Receita é que a entidade máxima do futebol tenha uma isenção total de R\$ 559 milhões até o final da Copa. Só neste ano seriam R\$ 24 milhões. Questionada pelo UOL Esporte, a Receita não informou quanto o comitê havia pago em tributos até agora.

Há uma lista de impostos que não precisarão ser quitados pelos organizadores do Mundial. Entre eles, estão IPI (Imposto de **Importação** (interno e externo), Imposto de Renda, IOF (Imposto Sobre Operações Financeiras), Contribuição PIS-Pasep, Contribuição para financiamento de Seguridade Social e CSSL (Contribuição Social Sobre Líquido).

Neste ano, já foram habilitadas à isenção empresas subsidiárias como a Fifa World Cup Venda Ingressos e a Fifa World Cup Assessoria, além do evento Copa das Confederações-2013. A Match Hospitality e Match Serviços, que comercializam pacotes de turismo da Copa, também já gozam de benefícios fiscais. O COL foi o último dos habilitados.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Polo de Duas Rodas da <u>Zona Franca de Manaus</u> registra baixa em 2012		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Segundo a Abraciclo, queda na produção de motos foi de 20%.

Segmento de duas rodas espera crescimento de 3% em 2013.

Do G1 AM

O ano de 2012 não foi bom para o Polo Industrial de **Manaus**. Agora, as empresas do setor apostam em uma reação do mercado e têm boas expectativas para 2013.

O setor de duas rodas, acostumado a comemorar recordes, teve um dos anos mais difíceis da história, só comparado a 2009, auge da crise financeira mundial.

Desta vez, os motivos para crise são internos. A alta inadimplência fez os bancos desacelerarem. De cada dez pessoas que tentam financiamentos, apenas duas conseguem a concessão de crédito. Como a maior parte dos compradores de motos, 85% pertencem as classes C, D e E, a falta de crédito causou um impacto na indústria. O resultado foi a queda de 20% na produção de motos este ano.

O mau resultado possui impacto direto no Polo Industrial de **Manaus**, que concentra 98% das fábricas de motos do país. Juntas elas representam o segundo maior segmento industrial da cidade, e concentram um quinto de todos os empregos do **Distrito Industrial**. Com uma queda tão acentuada, o número de vagas diminuiu para 11% a menos, com mais de 1.800 demissões.

Os dados foram anunciados nesta quarta-feira (12) em uma coletiva de imprensa realizada pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicycletas e Similares (Abraciclo). "Óbvio que um ano não será suficiente para recuperá-lo, mas esperamos que a partir do ano que vem haja um crescimento mais solidificado e constante, e a gente gradativamente recupere esse terreno perdido em 2012", afirmou o presidente do órgão, Marcos Fermanian.

Dois bancos públicos aceitaram fazer financiamentos a longo prazo a partir do fim de 2012. Assim, o segmento de duas rodas espera um crescimento de 3% em 2013.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Ministério Público vai à Justiça por transparência no <u>BNDES</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O **Ministério** Público Federal (MPF) entrou na Justiça contra o Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) por falta de transparência em suas operações. A Procuradoria da República no Distrito Federal, autora da ação, quer que o banco torne públicas informações sobre todos os financiamentos concedidos a empresas e entidades públicas nos últimos dez anos e daqui em diante - incluindo qualquer tipo de apoio a programas, projetos, obras e serviços que envolvam recursos públicos.

O MP pede detalhes desses negócios, como a forma e a condição de captação dos recursos, os critérios para definir onde o dinheiro é investido, o risco das operações, prazos, taxas de juros cobradas, garantias exigidas e o retorno obtido. A ação pede que os dados sejam publicados integralmente na internet no prazo de 60 dias.

Apesar de ser uma empresa pública federal, o **BNDES** não divulga informações sobre aportes e financiamentos a empresas privadas, com a justificativa de que estão protegidas por sigilo bancário. A Procuradoria da República no DF argumenta que, como se trata de dinheiro público, o sigilo bancário não se aplica. A ação afirma que o banco está descumprindo a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), além dos princípios constitucionais da transparência, publicidade, eficiência e moralidade.

Essa resistência em fornecer dados que permitam saber como o **BNDES** gasta os recursos é motivo de preocupação, diz a procuradora da República Luciana Loureiro Oliveira, que assina a ação civil pública. Se fosse um banco privado, as informações não teriam relevância para o cidadão. Mas no caso do **BNDES** é **importante** saber como o dinheiro público está sendo tratado.

A ação foi motivada por um inquérito aberto pelo **Ministério** Público no ano passado, diante da notícia de que o **BNDES** faria um aporte de até R\$ 4,5 bilhões na fusão entre o grupo Pão de Açúcar e as operações brasileiras da rede francesa Carrefour. O negócio acabou não se concretizando, mas gerou protesto na época contra o uso de dinheiro do contribuinte para financiar grandes grupos econômicos.

Na ocasião, o **Ministério** Público abriu um inquérito para avaliar se havia interesse público na entrada do **BNDES** na operação. O MP também queria saber os critérios de escolha dos investimentos feitos pelo banco público e a **BNDESPar**, seu braço de investimentos em participações.

Luciana Oliveira relata que, durante a investigação, o **BNDES** se negou a fornecer dados solicitados pelo MP - mais especificamente, detalhes e justificativas sobre os dez maiores projetos de financiamento concretizados, quais deixaram de ser aprovados e por que motivos. Consta na ação civil pública que o banco alegou privacidade dos atos atinentes à gestão bancária e dever de guardar sigilo sobre as operações da **BNDESPar**.

O MP recorreu então à Controladoria-Geral da União (CGU), pedindo conclusões das auditorias feitas no **BNDES**, para avaliar se os financiamentos a empresas privadas eram de interesse social ou de **desenvolvimento** econômico relevante.

Mas, conforme a ação, a CGU informou que as auditorias são feitas apenas em relação a financiamentos a entidades públicas - quanto aos recursos destinados a empresas privadas, o banco não presta informações aos órgãos de controle alegando sigilo bancário, segundo ofício da CGU mencionado pelo MP. Não há relatórios de auditorias relacionados a

financiamentos concedidos pelo **BNDES** e **BNDESPar** a entes privados, menciona o texto.

O **BNDES** informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não tem conhecimento da ação civil pública, mas que cumpre as exigências legais. Além de oferecer uma grande quantidade de informações sobre

as operações que realiza em seu site, o banco tem atendido rigorosamente dentro dos prazos a todos os pedidos feitos com base na Lei de Acesso à Informação. Da mesma forma, o **BNDES** tem respondido a todas as solicitações de informação feitas pelo **Ministério** Público Federal, afirmou a instituição por meio de nota.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Congresso mostra que derrubará veto de Dilma à lei dos royalties		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A aprovação do pedido de urgência por larga margem na Câmara e no Senado antecipa uma vitória fácil dos estados não produtores na votação do mérito na próxima terça-feira. Ao Rio de Janeiro e Espírito Santo só restará o recurso ao STF.

Vitória de pedido de urgência mostra que veto de Dilma cai

Clima tenso e bate-boca marcaram discussão conjunta ontem da Câmara e do Senado sobre os royalties

Ruy Barata Neto, de Brasília

Os estados produtores de petróleo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, principalmente, terão que recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para tentar contornar a iminente decisão do Congresso Nacional de derrubar o veto da presidente Dilma Rousseff ao projeto de lei que redistribui os royalties da exploração petrolífera. Este cenário ficou claro ontem com a aprovação, por maioria absoluta, de requerimento que pede urgência na apreciação do veto, o que deve ocorrer já na próxima terça-feira (18). O resultado foi de 348 votos favoráveis contra apenas 84, na Câmara, e de 61 contra 7, no Senado.

O embate judicial deverá começar hoje a partir de ações da bancada dos estados produtores para tentar anular a sessão de ontem. Os parlamentares cariocas e capixabas prometem entrar com mandado de segurança no STF reclamando violação do regimento do Congresso para viabilizar a votação.

Eles afirmam que o requerimento de urgência não poderia ter sido votado porque não constava na pauta de convocação da sessão do Congresso. Além disso, reclamam de irregularidade no uso de instrumentos usados para colocar o texto em votação. "Sofremos uma derrota no plenário, mas estou tranquilo que iremos vencer no STF", disse o senador Lindberg Farias (PT-RJ).

Neste meio tempo, os líderes dos estados não produtores tentarão acordo com os cariocas e capixabas para novas regras de distribuição a serem incluídos na Medida

Provisória (MP) editada por Dilma após o veto. O senador Wellington Dias (PT-PI) disse que o deputado Carlos Zarattini (PT-SP), relator da MP dos royalties, e uma parte do PMDB, estão tentando convencer o governador

Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a aceitar acordo que mantém a arrecadação do Rio de Janeiro e do Espírito Santos nos níveis de 2011, com o acréscimo de receita de R\$ 3 bilhões por ano.

O acordo contemplaria parte das reivindicações dos estados produtores e ao mesmo tempo ampliaria a participação dos demais estados do país de 10% para 15% na partilha. Segundo Dias, o governador capixaba Renato Casagrande (PSB) já está inclinando em aceitar o acordo, mas a maior dificuldade é ganhar Cabral.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM) afirma que a presidente Dilma, após a publicação do veto, assume uma posição neutra nos debates do Congresso, e que restará ao STF a manifestação de como deverá considerar a derrubada do veto. "Do ponto de vista político, a derrubada do veto é uma questão resolvida", afirma Braga. "A partir da aprovação da urgência foi dada a largada para a tendência jurídica que deve ser dada para a matéria."

Embora não seja praxe do Supremo interferir em questões regimentais do Congresso, o líder do governo e parlamentares dos estados produtores afirmam que há chances que a Corte se manifeste diante de mandados de segurança que questionam a legitimidade da votação na sessão de ontem. "Existem mandados de segurança que poderão ser julgados", afirma Braga. "Além do mérito da redistribuição dos royalties, há a questão regimental, não se pode errar nas duas."